



EMENDA AO PL nº 733/2025

Dispõe sobre o Sistema Portuário Brasileiro, regula a exploração dos portos, as atividades de operação portuária, o trabalho portuário e dá outras providências.

Altere-se o Inciso XXXV do Art. 6º para a seguinte redação:

“Art.

6º

.....

.....

.....

I

-

.....

.....

.....

XXXV - Plano Mestre (PM) - instrumento de planejamento de Estado voltado aos complexos portuários que abranjam os portos públicos e/ou privados em aglomerações a serem instituídas por Regulamento, resultantes do agrupamento de portos limítrofes ou situados dentro de um mesmo estado e sob jurisdição da Autoridade Portuária, considerando as perspectivas do planejamento de transportes em nível estratégico, que visa a direcionar ações e investimentos de curto, médio e longo prazos nos portos, na relação porto-cidade e em seus acessos;” (NR)

JUSTIFICATIVA

O inciso XXXV, ao definir o "Plano Mestre (PM)", destaca sua relevância como um instrumento essencial de planejamento estratégico voltado à gestão dos complexos portuários que englobam portos públicos e/ou privados em aglomerações. Esta abordagem reflete a necessidade de uma visão integrada para o desenvolvimento e uso eficiente da infraestrutura portuária, garantindo que as ações e investimentos sejam direcionados de maneira coordenada e sustentável.

O estabelecimento de um Plano Mestre requer a designação de um executor responsável, capaz de implementar as diretrizes, ações e metas previstas. Nesse sentido, a Autoridade Portuária surge como o ente executor adequado, dada sua





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO HELDER SALOMÃO – PT/ES

função de organizar, administrar e promover o desenvolvimento das instalações portuárias sob sua jurisdição. A relação entre planejamento e execução é indispensável para assegurar a efetividade do instrumento, evitando que suas orientações fiquem restritas ao campo teórico ou sem aplicação prática.

A inclusão de portos limítrofes ou situados em um mesmo estado no escopo do Plano Mestre reforça a necessidade de considerar os aspectos regionais e locais no planejamento de transportes em nível estratégico, promovendo a integração entre os portos, a cidade e os seus acessos. Essa abordagem amplia o impacto positivo do Plano, consolidando-o como ferramenta que norteia ações de curto, médio e longo prazos, gerando benefícios econômicos, logísticos e sociais para as regiões atendidas.

Além disso, a instituição das aglomerações portuárias por Regulamento assegura flexibilidade para adaptação às particularidades e dinâmicas de cada complexo portuário, garantindo um planejamento ajustado às demandas e peculiaridades locais.

Portanto, o inciso XXXV, ao prever o Plano Mestre como instrumento estratégico vinculado à Autoridade Portuária, alinha-se às boas práticas de governança e à promoção do desenvolvimento sustentável e eficiente do setor portuário. Essa abordagem assegura que o planejamento esteja efetivamente conectado à execução, promovendo resultados consistentes e de longo alcance para o País

Sala da Comissão, de de 2025

Deputado **HELDER SALOMÃO**

Apresentação: 11/08/2025 12:06:08.997 - PL073325
EMC 206/2025 PL073325 => PL 733/2025

EMC n.206/2025

